



Ponto 19

19. Proposta - Hasta Pública para alienar Património Imóvel do Município; Doc 19

Presente proposta apresentada pelo Senhor Vereador Nuno Pinto, acompanhada das Condições Gerais, relatórios plantas e documentos complementares do processo mencionado. Pela Senhora foi exarado o seguinte despacho "A Câmara. 24.10.2022"

Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados, bem como as condições gerais da hasta pública, para alienação através de hasta pública, sendo a Comissão constituída por Presidente, Dr. Clara Pereira; Vogais: Dra. Cláudia Amorim e Dr^a Patrícia Duarte e vogais suplentes, Dr^a Sofia Tavares e D. Assunção Aguiar, dos prédios:

- a) **Prédio constituído por uma parcela de terreno (Lote 3) sob o artigo 4400, da freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão e descrito na CRPMC sob o n.º 150/Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo da freguesia citada, sendo o valor base da licitação de 30.000,00€;)**
- b) **Prédio constituído por uma parcela de terreno (Lote 2) sob o artigo 4399, da freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão e descrito na CRPMC sob o n.º 149/Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo da freguesia citada, sendo o valor base da licitação de 29.000,00€;)**

Mais foi deliberado dar poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para outorga no respetivo contrato.

A Coordenadora Técnica da Administração Geral: _____

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

ASSUNTO: HASTA PÚBLICA PARA ALIENAR PATRIMÓNIO IMÓVEL DO MUNICÍPIO

CONSIDERANDO QUE:

- Compete à Câmara Municipal como órgão de gestão do Município proceder a uma correta definição do uso dos bens imóveis de que seja proprietária;
- Compete à Assembleia Municipal como órgão deliberativo do Município e sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a Câmara Municipal a alienar bens imóveis do domínio privado de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso a hasta pública;
- Nos termos das avaliações efetuadas, o total dos valores base dos prédios municipais a alienar é inferior a 1000 vezes a RMMG, não tendo, assim, a Câmara Municipal de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a respetiva alienação;
- A Câmara Municipal do Marco de Canaveses deliberou na sua reunião de 21 de outubro de 2021, delegar na Senhora Presidente a competência de adquirir, alienar ou onerar bens imóveis até 1000 vezes a RMMG;
- Contudo, a alienação em hasta pública favorece os princípios gerais de concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da atividade e do procedimento administrativo;
- Tal alienação permitirá ao Município do Marco de Canaveses reduzir os encargos na manutenção de património devoluto, contribuindo financeiramente para a execução e concretização de investimentos prioritários e indispensáveis para o concelho;
- As peças do procedimento, constituídas pelo Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, devem cumprir os procedimentos legais e regulamentares em vigor, bem como garantir a adequada publicidade e o mais amplo acesso aos procedimentos de alienação, de modo a promover a mais ampla e efetiva concorrência;

Nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a alienação, através de hasta pública, dos seguintes prédios, propriedade do Município do Marco de Canaveses, nas seguintes condições:

- a) Prédio constituído por uma parcela de terreno (Lote 3) inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 4400 da freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses sob o nº 150 da freguesia de Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo, freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses;
- b) Prédio constituído por uma parcela de terreno (Lote 2) inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 4399 da freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, descrito na Conservatória do Registo Predial de

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES

Marco de Canaveses sob o nº 149 da freguesia de Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo, freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses;

- c) Aprovar o valor base de licitação dos prédios a alienar, apurado de acordo com a avaliação realizada para o efeito pelo Perito Avaliador, inscrito na CMVM, a quem foi adjudicado as presentes avaliações (Anexos III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido) no valor de 30.000,00€ (Prédio urbano com o artigo matricial 4400 – lote n.º 3) e 29.000,00€ (Prédio urbano com o artigo matricial 4399 – lote n.º 2);
- d) Aprove as condições gerais da hasta pública, conforme programa do concurso e caderno de encargos, em anexo;
- e) Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:
 - I. Presidente: Dra. Clara Pereira
 - II. 1.º Vogal efetivo: Cláudia Amorim;
 - III. 2.º Vogal efetivo: Dra. Patrícia Duarte
 - IV. 1.º Vogal suplente: Dra Sofia Tavares
 - V. 2.º Vogal Suplente: D. Assunção Aguiar
- f) Conceder poderes à Senhora Presidente da Câmara Municipal - Dr.ª Cristina Vieira – para adjudicação pelo valor que vier a resultar da arrematação e outorga do contrato de compra e venda dos referidos imóveis.

ANEXOS:

- a) Condições Gerais da alienação de património imóvel municipal;
- b) Relatórios de Avaliação dos prédios;
- c) Planta e documentos complementares;

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 24 de outubro de 2022

O Vereador com poderes delegados

Assinatura Digital

Assinado em 2022-10-24 15:08

Certificado NUNO VÍTOR DIOGO PINTO

Nuno Pinto



**MUNICÍPIO
DO
MARCO DE CANAVESES**

HASTA PÚBLICA

Condições Gerais

Alienação de Património Imóvel Municipal

CONDIÇÕES GERAIS	3
1. Objeto	3
2. Entidade Adjudicante.....	3
3. Base de licitação	3
4. Impostos e encargos devidos.....	3
5. Local, data e hora do ato público	3
6. Entidade que dirige o ato público	3
7. Modo de apresentação das propostas	4
8. Causa da exclusão das propostas e do concorrente	4
9. Tramitação do ato público	4
10. Adjudicação	5
11. Condições de pagamento e escritura	6
12. Condições resolutivas de adjudicação	7
13. Consulta do processo, pedido de esclarecimentos e regime supletivo	7
14. Legislação aplicável	7
ANEXO I	8

CONDIÇÕES GERAIS

1. Objeto

As presentes condições gerais de alienação (programa de procedimento) têm como objeto a alienação, em hasta pública, dos imóveis a seguir identificados:

- ✓ Prédio constituído por uma parcela de terreno (lote 3) inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 4400 da freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses sob o nº 150 da freguesia de Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo, freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses;
- ✓ Prédio constituído por uma parcela de terreno (lote 2) inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 4399 da freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses sob o nº 149 da freguesia de Alpendorada e Matos, sito em Barreiro-Vale do Covo, freguesia de Alpendorada Várzea e Torrão, concelho de Marco de Canaveses.

2. Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Câmara Municipal do Marco de Canaveses, com instalações no Largo Sacadura Cabral, 4630 – 219 Marco de Canaveses, com o telefone n.º 255 538 800 e Fax n.º 255 538 899, email info@cm-marco-canaveses.pt.

3. Base de licitação

Os valores base de licitação dos imóveis constam na listagem infra, fixado tendo em conta as potencialidades do prédio e a avaliação do perito avaliador, inscrito na CMVM:

Descrição	Freguesia	Avaliação (euros)
Lote 3 com o artigo matricial 4400	Alpendorada Várzea e Torrão	30.000,00€
Lote 2 com o artigo matricial 4399	Alpendorada Várzea e Torrão	29.000,00€

4. Impostos e encargos devidos

Serão da responsabilidade do comprador, todos os impostos incidentes sobre a alienação dos prédios, nomeadamente o imposto municipal sobre transações onerosas de bens imóveis, se houver lugar à sua liquidação e pagamento, bem como os encargos decorrentes da sua transmissão (imposto de selo, escritura pública e registo).

5. Local, data e hora do ato público

O local é o Salão Nobre do Município de Marco de Canaveses, 30 dias após a data da publicação.

6. Entidade que dirige o ato público

O ato público é dirigido por uma Comissão designada pela Presidente da Câmara Municipal.

7. Modo de apresentação das propostas

7.1. As propostas a apresentar, elaboradas em conformidade como o anexo (Anexo I – Modelo de apresentação de proposta), deverão ser iguais ou superiores à base de licitação e ser efetuado um pagamento no ato da adjudicação provisória ou ser acompanhada por um cheque no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta, emitido à ordem do Município de Marco de Canaveses, sendo devolvido à posteriori ao(s) concorrente(s) a que não seja adjudicado o imóvel.

7.2 As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito opaco e fechado, identificando-se no exterior do mesmo o proponente e endereço e a menção “Proposta – hasta pública de alienação de património imóvel municipal – identificando o artigo do imóvel ao qual concorre (anexo II).

7.3 O sobrescrito a que se refere o número anterior será encerrado num segundo, igualmente opaco e fechado, dirigido à Senhora Presidente da Câmara Municipal e com identificação do proponente.

7.4 As propostas podem ser entregues pessoalmente nos serviços de Secretaria no edifício dos Paços do Concelho ou enviadas pelo correio, sob registo, para a morada da Entidade Alienante.

7.5 As propostas deverão ser entregues até ao quinto dia útil antes do termo do prazo fixado para o ato público.

7.6 Se a apresentação da proposta for efetuada pelo correio ou entregue em local diferente do indicado no ponto anterior, o proponente é o único responsável pelo atraso que porventura se verificar, não podendo ser assacada qualquer responsabilidade à Câmara Municipal, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

7.7 Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (isto é, sujeitas a condição) ou que não cumpram ou contenham alterações das condições gerais de alienação (programa de procedimento) da hasta pública.

8. Causa da exclusão das propostas e do concorrente

Constitui causa de exclusão das propostas e do concorrente as seguintes: não observância de qualquer um dos elementos referidos nos pontos 7.1. a 7.7 das presentes condições gerais.

9. Tramitação do ato público

9.1 Declarado aberto o ato público, procede-se à identificação da Hasta Pública e à leitura da lista de proponentes, elaborada de acordo com a ordem de entrada das Propostas entregues.

9.2 De seguida, a Comissão procede à leitura da lista de propostas recebidas e, de imediato, procede à abertura de cada uma das propostas recebidas, que serão rubricadas pelo Presidente e pelos Vogais.

9.3 De seguida são tornados públicos os valores constantes das propostas apresentadas pelos proponentes.

9.4 Serão excluídas todas as propostas cujo valor seja inferior ao valor base de licitação do imóvel definido no ponto 3 do presente programa.

9.5. No caso de igualdade de valores, proceder-se-á, no ato de abertura das propostas, à licitação verbal entre os concorrentes, a partir do valor da proposta mais elevada (com lanços múltiplos de 250 € (duzentos e cinquenta euros) ou poderá ser de 1% do valor base da licitação).

9.6 A licitação termina quando tiver sido anunciado, por três vezes, o lanço mais elevado e este não for coberto.

9.7 A adjudicação é efetuada pelo preço mais elevado por cada imóvel, sendo lavrada a respetiva ata.

9.8 Só podem intervir no ato público os proponentes e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente mandatados, com poderes para o ato, e identificados, bastando, para tanto, a exibição do seu bilhete de identidade ou cartão de cidadão, e no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual. No caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos bilhetes de identidade ou cartão de cidadão e de uma credencial passada pela sociedade ou agrupamento, da qual conste o nome e o número do bilhete de identidade dos representantes.

9.9 Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada da qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.

9.10 Se não existirem propostas escritas, os imóveis podem ser adjudicados provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço, nunca inferior à base de licitação acrescida de 1% desse valor.

9.11 Havendo lugar ao exercício de eventuais direitos de preferência e, apresentando-se a preferir mais do que uma pessoa com igual direito, reabre-se a nova licitação entre elas, nos termos do número 9.5.

10. Adjudicação

10.1 Terminados os procedimentos previstos no ponto 9 supra, o(s) imóvel (eis) é (são) adjudicado(s) provisoriamente pela Comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá, de imediato, proceder ao pagamento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor de adjudicação nele se incluindo, se existente, o valor já entregue com a proposta e, posteriormente do remanescente, de acordo com as condições de pagamento do preço referidas no ponto 11.

10.2 Se a adjudicação for por licitação verbal, superior à da proposta, o adjudicatário provisório emitirá novo cheque ou efetuará pagamento pelo valor da diferença, entre o emitido quando da apresentação da proposta e a adjudicação, perfazendo o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) desta.

10.3 No final do ato público, será elaborado o respetivo auto de arrematação, que deve ser assinado pelos membros da Comissão e pelo adjudicatário provisório.

10.4 A decisão de adjudicação definitiva, ou de não adjudicação, compete à Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção.

10.5 Pode não haver lugar a adjudicação provisória ou definitiva quando hajam fundados indícios de conluio entre os proponentes ou outra causa justificativa, não assistindo ao adjudicatário, o direito a qualquer indemnização ou compensação por esse motivo.

10.6 O adjudicatário provisório deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da adjudicação provisória, os seguintes documentos:

a) Declaração de inexistência de dívidas emitida pela autoridade tributária (Serviço de Finanças);

b) Documento comprovativo de regularização contributiva perante a Segurança Social, emitido por esta entidade.

10.7 Os adjudicatários de origem comunitária (ou outra com iguais direitos) devem apresentar os mesmos documentos exigidos aos adjudicatários nacionais. Tal exigência fica, porém, satisfeita com a emissão e a autenticação de documento correspondente ao país de origem, acompanhado da sua tradução legalizada.

10.8 Se no país de origem do adjudicatário não houver documento idêntico, ou correspondente ao exigido aos adjudicatários portugueses, a exigência legal da sua apresentação basta-se com documentação ou declaração do próprio adjudicatário, sobre o preenchimento dos requisitos de acesso, que a documentação portuguesa se destinava a comprovar, feita sob juramento ou compromisso de honra, perante o notário ou outra autoridade competente do país de origem.

10.9 A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário, ou o não preenchimento dos requisitos referidos nos pontos anteriores, implica a não adjudicação definitiva do imóvel.

10.10 O prazo previsto no ponto 10.6 poderá, por motivo devidamente justificado, ser prorrogado pela Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses.

11. Condições de pagamento e escritura

11.1 O remanescente do preço, ou seja, 75% (setenta e cinco por cento), deverá ser pago no ato da escritura.

11.2 Após a assinatura do auto de venda e do cumprimento das condições de pagamento a escritura deverá ser realizada no Notário Privativo até 10 dias úteis após a data de recebimento da notificação definitiva, devendo, nesse ato, o arrematante provar que já pagou, se for devido, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), bem como o imposto de selo sobre o preço da arrematação, sob pena de se considerar perdida a favor da entidade adjudicante a quantia entregue a título de sinal e princípio de pagamento.

11.3 As despesas decorrentes da alienação, incluindo a escritura e os registos, são da responsabilidade do adjudicatário.

11.4 O adjudicatário será avisado pelo Município de Marco de Canaveses, da data, hora e local para a celebração da escritura pública.

11.5 O prazo previsto no ponto 11.1 poderá, por motivo devidamente justificado, ser prorrogado pela Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, até ao máximo de 120 dias.

12. Condições resolutivas de adjudicação

12.1 A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo o adjudicatário para o Município de Marco de Canaveses as quantias já entregues, sem prejuízo da participação à entidade competente, para efeitos de procedimento criminal.

12.2 Verificando-se as situações supra referidas, ou quando, por qualquer outra causa, não haja lugar à competente adjudicação, o direito de aquisição do imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lanço de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior.

13. Consulta do processo, pedido de esclarecimentos e regime supletivo

13.1 As condições de alienação estarão disponíveis para consulta, e/ou aquisição nos termos da Tabela de Taxas em vigor, no serviço de atendimento da secretaria, no edifício dos Paços do Concelho, de segunda a sexta feira, das 9h00 às 16h00, até à data e hora limite da entrega das propostas.

13.2 As dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação das cláusulas do presente programa de procedimento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Marco de Canaveses.

14. Legislação aplicável

À presente Hasta Pública é aplicável o Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação.

Marco de Canaveses, 21 de outubro de 2022

A Presidente da Câmara

Dra. Cristina Vieira

ANEXO I

Modelo de apresentação de proposta

_____,(1)
titular do bilhete de identidade / cartão de cidadão n.º _____, passado pelo arquivo de _____, emitido em _____ e válido até _____, do NIF _____, com residência em _____, por si ou na qualidade de _____ (diretor, gerente, sócio-gerente, proprietário, mandatário, etc.) da empresa _____, com sede em _____, e NIPC _____, (2)
devidamente mandatado para o efeito, propõe o preço de _____ € (3) (por extenso), para aquisição do imóvel _____ (4), nos termos e condições constantes das condições gerais de alienação (programa de procedimentos), que declara conhecer e aceitar integralmente.

Anexo, cheque no valor de _____ € (5) à ordem do Município de Marco de Canaveses, (ou) Comprometo-me a efetuar o pagamento no valor de _____ € (5) no ato de adjudicação correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do preço proposto.

Declaro, sob compromisso de honra, que em nome próprio ou em legal representação (6), se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado Português (autoridade tributária e segurança social) e a outros Estados do Espaço Económico Europeu.

O Declarante tem pleno conhecimento de que prestação de falsas declarações implica a sua exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação. No caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo para o Município de Marco de Canaveses as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado Português (autoridade tributária e segurança social), no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da adjudicação provisória.

Os adjudicatários de origem comunitária (ou outra com iguais direitos) devem apresentar os mesmos documentos exigidos aos adjudicatários nacionais. Tal exigência fica, porém, satisfeita com a emissão e a autenticação de documento correspondente ao país de origem, acompanhado da sua tradução legalizada. Se no país de origem do adjudicatário não houver documento idêntico, ou correspondente ao exigido aos adjudicatários portugueses, a exigência legal da sua apresentação basta-se com documentação ou declaração do próprio adjudicatário, sobre o preenchimento dos requisitos de acesso, que a documentação portuguesa se destinava a comprovar, feita sob juramento ou compromisso de honra, perante o notário ou outra autoridade competente do país de origem.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos supra referidos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, ou o não preenchimento dos requisitos previstos no programa de procedimento, implica a não adjudicação definitiva do imóvel e a não realização da escritura pública.

_____, ____ de _____ de 2022 (Local e data)

_____ (Assinatura) (7)

- (1) Identificação do proponente ou representante legal
- (2) Só aplicável a pessoas coletivas
- (3) Valor de arrematação do imóvel igual ou superior à base de licitação
- (4) Identificação do(s) artigo(s) do(s) Imóvel(eis)
- (5) Valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta
- (6) Consoante o caso
- (7) Assinatura do proponente pessoa singular ou representante legal

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

AVALIAÇÃO DE BENS IMOVEIS

Exmos Srs Câmara Municipal do Marco de Canaveses

Artigo Matricial Urbano n.º 4400

Assunto: Avaliação de bens imoveis

COMPROMISSO DE HONRA

O Perito abaixo-assinado, nomeado para intervir no processo acima indicado, declara, sob compromisso de honra, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 479.º do Código do Processo Civil, cumprir de forma conscienciosa as funções que lhes foram cometidas no âmbito da presente diligência.

Amarante, Outubro de 2022

O Perito,


(Jaime José Sampaio Teixeira, Eng.º)



Objeto da perícia: Avaliação de Bens Imóveis

BEM IMÓVEL

1. Terreno para construção, descrito como prédio urbano constituído por uma parcela de terreno destinada a construção urbana, registado sob o artigo matricial nº 4400, localizado em Barreiro - Vale do Covo, descrito como prédio urbano constituído por uma parcela de terreno destinada a construção urbana.

A área descrita na certidão permanente da conservatória do registo predial do Marco de Canaveses é de 579,00 m² de área total.

As áreas descritas na caderneta são: Área total de terreno de 579 m², área de implantação do edifício 127,00 m² área bruta de construção de 254,00 m², e área bruta dependente de 60,00 m².

Inscrito na matriz urbana da freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão no ano 1992 sob o artigo matricial 4400, sito em Barreiro-Vale do Covo.

R: Este artigo matricial urbano registado sob o nº 4400, localiza-se em Barreiro-Vale do Covo, na Rua Vale do Covo, na freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão no Marco de Canaveses.

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

JS



Trata-se de um terreno para construção localizado numa zona predominantemente de moradias unifamiliares



Carateriza-se por ser um terreno com frente para rua pavimentada a cubo de granito. O terreno tem pouca inclinação e está atualmente com pouca vegetação espontânea.

Em termos de Plano Diretor Municipal do Marco de Canaveses, o terreno localiza-se em Solo Urbano - Espaço Residencial Nível I.

Jaime José Sampaio Teixeira

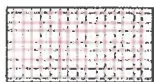
Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

JM

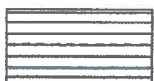


SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO



ESPAÇOS CENTRAIS

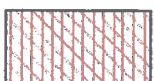


ESPAÇOS DE USO ESPECIAL

ESPAÇOS RESIDENCIAIS



ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL I



ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL II

Este tipo de espaços é correspondente a áreas de dominância de habitações coletiva admitindo-se ainda o uso de turismo, comércio e serviços, e ainda indústrias e armazenagem desde que compatíveis com o uso habitacional, as quais nos casos de edifícios com habitação, só poderão instalar-se no piso I e no piso adjacente e desde que o acesso aos pisos de habitação, a partir do exterior do edifício, seja independente.

AS novas construções ou reconstruções bem como as obras de ampliação de edifícios e operações de loteamento respeitarão, na ausência de alinhamentos e alturas das fachadas definidas, as características morfológicas e tipologias da frente urbana respetiva, vem como os seguintes parâmetros de edificabilidade:

- a) Índice máximo de utilização do solo (I_u) de 1.20
- b) Índice máximo de ocupação do solo (I_o) de 60 %
- c) Altura de fachada dos edifícios será a da moda da frente urbana respetiva, e, no caso de novas frentes urbanas, não poderá ultrapassar os 10 metros e o desnível da cota de soleira ao solo máximo seja de 6 metros

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

O terreno foi avaliado através de dois métodos, o método preconizado no código das expropriações assim como o método comparativo, tendo sido efetuada uma prospeção de mercado de terrenos na zona, com características semelhantes.

Através da prospeção de mercado apresentada de seguida aferiu-se que o valor médio de mercado para terrenos semelhantes é de sensivelmente 61.45 €/m²

Terreno	link	Área (m ²)	valor (€)	€/m ²	% Promoção/Comercialização Imobiliária	Valor sem Comercialização
1	https://www.idealista.pt/imovel/28962524/	488	33.500,00 €	68,65 €	10%	61,78 €
2	https://www.idealista.pt/imovel/30606714/	468	42.000,00 €	89,74 €	10%	80,77 €
3	https://www.idealista.pt/imovel/28707120/	539	37.500,00 €	69,57 €	10%	62,62 €
4	https://www.idealista.pt/imovel/28706987/	518	32.500,00 €	62,74 €	10%	56,47 €
5	https://www.idealista.pt/imovel/30299465/	735	47.000,00 €	63,95 €	10%	57,55 €
6	https://www.idealista.pt/imovel/30914366/	488	39.500,00 €	80,94 €	10%	72,85 €
7	https://www.imovirtual.com/pt/anuncio/venda-lote-de-terreno-p-moradia-individual-alpendurada-e-matos-marc-ID14E9C.html#429ec9a8b3	527	32.000,00 €	60,72 €	10%	54,65 €
8	https://bpiexpressoimobiliario.pt/terreno/porto/marco-de-canaveses/alpendorada-varzea-e-torcao/a12023138	751	37.500,00 €	49,93 €	10%	44,94 €
Valor Médio de Mercado						61,45 €

O valor de terreno obtido pelo método comparativo é de 61.45 € / m² x 579 m² é de 35.579,55 €

Através do método preconizado no código das expropriações, considerando um índice de utilização do solo de 0.40 (de acordo com a caderneta predial) que se desenvolve de seguida resulta para o valor do terreno

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

CÁLCULO DO VALOR DO SOLO APTO PARA A CONSTRUÇÃO

Cálculo da % do custo de construção correspondente ao valor do terreno	Adotado
Percentagem em função de localização, da qualidade ambiental e dos equipamentos existentes na zona	9,00%
Percentagens correspondentes às infraestruturas urbanísticas existentes Junto à parcela:	
Acesso rodoviário, com pavimentação em calçada, betuminoso ou equivalente.	1,50%
Passeio em toda a extensão	
Rede de abastecimento domiciliário de água.	1,00%
Rede de saneamento.	1,50%
Rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.	1,00%
Rede de águas pluviais	0,50%
Estação depuradora	
Rede de Gás	
Rede telefónica.	1,00%
total	6,50%
% do custo de construção para o valor do solo (lf)	15,50%
Valor por m2 da parcela de terreno	
"Custo de construção" (CC)	634,41
Factor correctivo area bruta em area util	0,9
Factor correctivo area bruta em area util	570,97 €/m2
Índice de Utilização do Solo (lu)	0,40
Valor por m2 da parcela de terreno sem deduções (Cc x lu x lf)	35,18 €/m2
Dedução pelas particulares condições do local (não utilização do índice total de construção)	
	0,00% 0,00 €/m2
Dedução pelas despesas necessárias ao reforço das infraestruturas	5,00% 1,76 €/m2
Dedução pela inexistência de risco e do esforço inerente à atividade construtiva	5,00% 1,67 €/m2
Valor por m2 da parcela de terreno com deduções	31,75 €/m2
Valor por m2 da parcela de terreno adotado	31,75 €/m2
Área do Terreno da Parcela	579 m2
Valor da Parcela de Terreno	18.382,43 € euros

O valor total do terreno considerado será a média dos dois valores obtidos pelos métodos supra referidos, considerando ainda uma ponderação de 2/3 para o valor obtido pelo método comparativo e 1/3 para o valor obtido pelo método utilizando o código das expropriações.

Jaime José Sampaio Teixeira


Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

**Assim, valor do terreno será: $2/3 \times 35.579,55 \text{ €} + 1/3 \times 18.382,43 \text{ €} =$
29.847,17 € que arredondando se admite de 30.000,0. €**

**O valor do prédio urbano registado sob o artigo matricial n.º 4400, sem
ónus ou encargos arredondado admite-se de 30.000,00 € (Trinta mil euros)**

Amarante, Outubro de 2022

O Perito


(Jaime José Sampaio Teixeira - Eng.º)

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Jaime José Sampaio Teixeira, perito avaliador, inscrito na CMVM sob o registo AVFII/15/093, titular do seguro de responsabilidade civil da Companhia de Seguros Fidelidade sob a apólice nº RC63418100 valida até 29/07/2023 portador do CC nº 03819455, com o N.º Contribuinte 119 581 019, declara para os devidos efeitos que a presenta avaliação foi executada de acordo com as exigências da Lei 153/2015 de 14 de Setembro, nomeadamente o seu artigo 20º, bem como o Regulamento n.º 2/2015 da CMVM, nomeadamente o previsto no artigo 39º, e que não lhe merece quaisquer reservas, para além daquelas que foram apresentadas na presenta avaliação.

Amarante, Outubro de 2022

O Perito


(Jaime José Sampaio Teixeira - Eng.º)

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

AVALIAÇÃO DE BENS IMOVEIS

Exmos Srs Câmara Municipal do Marco de Canaveses

Artigo Matricial Urbano n.º 4399

Assunto: Avaliação de bens imoveis

COMPROMISSO DE HONRA

O Perito abaixo-assinado, nomeado para intervir no processo acima indicado, declara, sob compromisso de honra, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 479.º do Código do Processo Civil, cumprir de forma conscienciosa as funções que lhes foram cometidas no âmbito da presente diligência.

Amarante, Outubro de 2022

O Perito,


(Jaime José Sampaio Teixeira, Eng.º)

47

Objeto da perícia: Avaliação de Bens Imóveis

BEM IMÓVEL

1. Terreno para construção, descrito como prédio urbano constituído por uma parcela de terreno destinada a construção urbana, registado sob o artigo matricial nº 4399, localizado em Barreira - Vale do Covo, descrito como prédio urbano constituído por uma parcela de terreno destinada a construção urbana.

A área descrita na certidão permanente da conservatória do registo predial do Marco de Canaveses é de 557,00 m² de área total.

As áreas descritas na caderneta são: Área total de terreno de 577 m², área de implantação do edifício 122,00 m² área bruta de construção de 244,00 m², e área bruta dependente de 60,00 m².

Inscrito na matriz urbana da freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão no ano 1992 sob o artigo matricial 4399, sito em Barreira-Vale do Covo.

R: Este artigo matricial urbano registado sob o nº 4399, localiza-se em Barreira-Vale do Covo, na Rua Vale do Covo, na freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão no Marco de Canaveses.

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

JH



Trata-se de um terreno para construção localizado numa zona predominantemente de moradias unifamiliares



Carateriza-se por ser um terreno com frente para rua pavimentada a cubo de granito. O terreno tem pouca inclinação e está atualmente com pouca vegetação espontânea.

Em termos de Plano Diretor Municipal do Marco de Canaveses, o terreno localiza-se em Solo Urbano - Espaço Residencial Nível I.

3/9

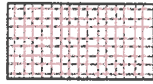
Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093



SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO

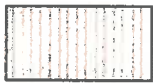


ESPAÇOS CENTRAIS

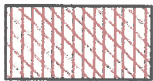


ESPAÇOS DE USO ESPECIAL

ESPAÇOS RESIDENCIAIS



ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL I



ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL II

Este tipo de espaços é correspondente a áreas de dominância de habitações coletiva admitindo-se ainda o uso de turismo, comércio e serviços, e ainda indústrias e armazenagem desde que compatíveis com o uso habitacional, as quais nos casos de edifícios com habitação, só poderão instalar-se no piso I e no piso adjacente e desde que o acesso aos pisos de habitação, a partir do exterior do edifício, seja independente.

As novas construções ou reconstruções bem como as obras de ampliação de edifícios e operações de loteamento respeitarão, na ausência de alinhamentos e alturas das fachadas definidas, as características morfológicas e tipologias da frente urbana respetiva, vem como os seguintes parâmetros de edificabilidade:

- a) Índice máximo de utilização do solo (I_u) de 1.20
- b) Índice máximo de ocupação do solo (I_o) de 60 %
- c) Altura de fachada dos edifícios será a da moda da frente urbana respetiva, e, no caso de novas frentes urbanas, não poderá ultrapassar os 10 metros e o desnível da cota de soleira ao solo máximo seja de 6 metros

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

O terreno foi avaliado através de dois métodos, o método preconizado no código das expropriações assim como o método comparativo, tendo sido efetuada uma prospeção de mercado de terrenos na zona, com características semelhantes.

Através da prospeção de mercado apresentada de seguida aferiu-se que o valor médio de mercado para terrenos semelhantes é de sensivelmente 61.45 € /m2

Terreno	link	Área (m2)	valor (€)	€/m2	% Promoção/Comercialização Imobiliária	Valor sem Comercialização
1	https://www.idealista.pt/imovel/28962524/	488	33.500,00 €	68,65 €	10%	61,78 €
2	https://www.idealista.pt/imovel/30606714/	468	42.000,00 €	89,74 €	10%	80,77 €
3	https://www.idealista.pt/imovel/28707120/	539	37.500,00 €	69,57 €	10%	62,62 €
4	https://www.idealista.pt/imovel/28706987/	518	32.500,00 €	62,74 €	10%	56,47 €
5	https://www.idealista.pt/imovel/30299465/	735	47.000,00 €	63,95 €	10%	57,55 €
6	https://www.idealista.pt/imovel/30914366/	488	39.500,00 €	80,94 €	10%	72,85 €
7	https://www.imovirtual.com/pt/anuncio/venda-lote-de-terreno-p-moradia-individual-alpendurada-e-matos-marc-ID14E9C.html#429ec9a8b3	527	32.000,00 €	60,72 €	10%	54,65 €
8	https://bpiexpressoimobiliario.pt/terreno/porto/marco-de-canaveses/alpendorada-varzea-e-torcao/a12023138	751	37.500,00 €	49,93 €	10%	44,94 €
					Valor Médio de Mercado	61,45 €

O valor de terreno obtido pelo método comparativo é de 61.45 € / m2 x 557 m2 é de 34.227,65 €

Através do método preconizado no código das expropriações, considerando um índice de utilização do solo de 0.40 (de acordo com a caderneta predial) que se desenvolve de seguida resulta para o valor do terreno

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

JM

CÁLCULO DO VALOR DO SOLO APTO PARA A CONSTRUÇÃO

Cálculo da % do custo de construção correspondente ao valor do terreno	Adotado
Percentagem em função de localização, da qualidade ambiental e dos equipamentos existentes na zona	9,00%
Percentagens correspondentes às infraestruturas urbanísticas existentes Junto à parcela:	
Acesso rodoviário, com pavimentação em calçada, betuminoso ou equivalente.	1,50%
Passoio em toda a extensão	
Rede de abastecimento domiciliário de água.	1,00%
Rede de saneamento.	1,50%
Rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.	1,00%
Rede de águas pluviais	0,50%
Estação depuradora	
Rede de Gás	
Rede telefónica.	1,00%
total	6,50%
% do custo de construção para o valor do solo (lf)	15,50%

Valor por m2 da parcela de terreno

"Custo de construção" (CC)	634,41
Factor correctivo area bruta em area util	0,9
Factor correctivo area bruta em area util	570,97 €/m2

Índice de Utilização do Solo (lu)

0,40

Valor por m2 da parcela de terreno sem deduções (Cc x lu x lf)

35,28 €/m2

Dedução pelas particulares condições do local (não utilização do índice total de construção)

0,00% 0,00 €/m2

Dedução pelas despesas necessárias ao reforço das infraestruturas

5,00% 1,76 €/m2

Dedução pela inexistência de risco e do esforço inerente à atividade construtiva

5,00% 1,68 €/m2

Valor por m2 da parcela de terreno com deduções

31,84 €/m2

Valor por m2 da parcela de terreno adotado

31,84 €/m2

Área do Terreno da Parcela

577 m2

Valor da Parcela de Terreno

18.374,08 € euros

O valor total do terreno considerado será a média dos dois valores obtidos pelos métodos supra referidos, considerando ainda uma ponderação de 2/3 para o valor obtido pelo método comparativo e 1/3 para o valor obtido pelo método utilizando o código das expropriações.

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil - Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

Assim, valor do terreno será: $2/3 \times 34.227,65 \text{ €} + 1/3 \times 18.374,08 \text{ €} = 28.943,13 \text{ €}$ que arredondando se admite de 29.000,00 €

O valor do prédio urbano registado sob o artigo matricial n.º 4399, sem ónus ou encargos arredondado admite-se de 29.000,00 € (Vinte e nove mil euros)

Amarante, Outubro de 2022

O Perito


(Jaime José Sampaio Teixeira - Eng.º)

Jaime José Sampaio Teixeira

Engenheiro Civil – Perito Avaliador
Lista Oficial do Distrito Judicial do Porto
CMVM - AVFII/15/093

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Jaime José Sampaio Teixeira, perito avaliador, inscrito na CMVM sob o registo AVFII/15/093, titular do seguro de responsabilidade civil da Companhia de Seguros Fidelidade sob a apólice nº RC63418100 valida até 29/07/2023 portador do CC nº 03819455, com o N.º Contribuinte 119 581 019, declara para os devidos efeitos que a presenta avaliação foi executada de acordo com as exigências da Lei 153/2015 de 14 de Setembro, nomeadamente o seu artigo 20º, bem como o Regulamento nº 2/2015 da CMVM, nomeadamente o previsto no artigo 39º, e que não lhe merece quaisquer reservas, para além daquelas que foram apresentadas na presenta avaliação.

Amarante, Outubro de 2022

O Perito


(Jaime José Sampaio Teixeira - Eng.º)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) COMPROVATIVO DA DECLARAÇÃO PARA INSCRIÇÃO OU ACTUALIZAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS NA MATRIZ (Modelo 1)	Serviço de Finanças 1813 - MARCO DE CANAVESES
--	---	--

Elementos da Declaração

NIF: 501073655 Nome: MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
 Telefone: 255538800 E-Mail: info@cm-marco-canaveses.pt
 Motivo: 6 - Pedido de Avaliação
 Subdivisão: 6.5 - Pedido de Avaliação - alteração de áreas (art.º 130º, n.º 3, alínea n)
 Data Recepção: 2022-09-01 Nº Registo: 7800680

Identificação Matricial

Tipo: Urbano Freguesia: 130732 - ALPENDORADA, VÁRZEA E TORRÃO
 Artigo: 4399

Elementos do Prédio

Freguesia: 130732 - ALPENDORADA, VÁRZEA E TORRÃO SF: 1813 - MARCO DE CANAVESES
 Av./Rua/Praça: Barreira - Vale do Côvo Lote: 2 Andar: Lugar: Barreira - Vale do Côvo Cód. Postal:
 4575-001
 Conservatória: MARCO DE CANAVESES Registo nº: 149
 Norte: Lote n. 1
 Sul: Lote n.º 3 e terrenos de Maria Manuela Teles
 Nascente: Caminho Público
 Poente: Terrenos de Maria Manuela Teles

Anexo I

Prédio:

NIF: 501073655 Nome: MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
 Tipo Proprietário: 01 - Único Proprietário
 Domicílio Fiscal: 01 - Território Nacional
 Parte: 1/1 Bem Casal: N

Terreno para Construção

Área Total do Terreno: 557,0000 m² Área Bruta de Construção: 244,0000 m²
 Área de Implantação do Prédio: 122,0000 m² Área Bruta Dependente: 60,0000 m²

Outros Elementos

Data de Passagem a Urbano: 1991-05-10 Data do Facto: 2022-08-12

Documentos Anexos

Alvará de Licença de Construção: 1 Planta(s) do(s) edifício(s): 0
 Planta(s) de Localização / Croquis: 0 Anexo I: 0
 Projecto ou Viabilidade Construtiva: 0

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) COMPROVATIVO DA DECLARAÇÃO PARA INSCRIÇÃO OU ACTUALIZAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS NA MATRIZ <small>(Modelo 1)</small>	Serviço de Finanças 1813 - MARCO DE CANAVESES
--	--	---

Elementos da Declaração

NIF: 501073655 Nome: MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
 Telefone: 255538800 E-Mail: info@cm-marco-canaveses.pt
 Motivo: 6 - Pedido de Avaliação
 Subdivisão: 6.5 - Pedido de Avaliação - alteração de áreas (art.º 130º, n.º 3, alínea n)
 Data Recepção: 2022-09-01 Nº Registo: 7800755

Identificação Matricial

Tipo: Urbano Freguesia: 130732 - ALPENDORADA, VÁRZEA E TORRÃO
 Artigo: 4400

Elementos do Prédio

Freguesia: 130732 - ALPENDORADA, VÁRZEA E TORRÃO SF: 1813 - MARCO DE CANAVESES
 Av./Rua/Praça: Barreira - Vale do Côvo Lote: 3 Andar: Lugar: Barreira - Vale do Côvo Cód. Postal:
 4575-071
 Norte: Lote n.º 2
 Sul: Lote n.º 7 e terrenos de Maria Manuela Teles
 Nascente: Caminho Público
 Poente: Terrenos de Maria Manuela Teles

Anexo I

Prédio:

NIF: 501073655 Nome: MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
 Tipo Proprietário: 01 - Único Proprietário
 Domicílio Fiscal: 01 - Território Nacional
 Parte: 1/1 Bem Casal: N

Terreno para Construção

Área Total do Terreno: 579,0000 m² Área Bruta de Construção: 254,0000 m²
 Área de Implantação do Prédio: 127,0000 m² Área Bruta Dependente: 60,0000 m²

Outros Elementos

Data de Passagem a Urbano: 1991-05-10 Data do Facto: 2022-08-12

Documentos Anexos

Alvará de Licença de Construção: 1 Planta(s) do(s) edifício(s): 0
 Planta(s) de Localização / Croquis: 0 Anexo I: 0
 Projecto ou Viabilidade Construtiva: 0

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-2555-30366-130701-000149

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

DENOMINAÇÃO: LOTE N° 2

SITUADO EM: Barreira - Vale do Côvo

ÁREA TOTAL: 557 M2

ÁREA DESCOBERTA: 557 M2

MATRIZ n°: 4399 NATUREZA: Urbana

FREGUESIA: Alpendorada, Várzea e Torrão.

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Norte : Lote n° 1; Sul : Lote n° 3 e terrenos de Maria Manuela Teles; Nascente : caminho público; Poente : terrenos de Maria Manuela Teles - Desanexado do de n° 00082/060291,

O(A) Conservador(a) de Registos
Carolina Maria Florêncio Aires

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 7 de 1991/05/10 - Autorização de Loteamento

Inscrição F- 1 - AUTORIZAÇÃO DE LOTEAMENTO - do prédio n° 00082/060291 - Autorizada a constituição de 6 lotes de terreno , numerados de 1 a 6, com as áreas, respectivamente, de 632 m2; 612 m2; 639 m2; 648 m2; 612 m2; 621 m2 .

O(A) Conservador(a)
Carolina Maria Florêncio Aires

AP. 11 de 1991/05/10 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Localidade: Marco de Canaveses

Inscrição G -2 do prédio n° 00082/060291.

O(A) Conservador(a)
Carolina Maria Florêncio Aires

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses
AVERB. - AP. 4844 de 2022/09/14 16:42:18 UTC - Alteração da Operação de
Transformação Fundiária - Loteamento

Registado no Sistema em: 2022/09/14 16:42:18 UTC

DA APRESENT. 7 de 1991/05/10 - Autorização de Loteamento

DOCUMENTO: Aditamento ao Alvará de Loteamento

NÚMERO: 1

DATA: 2022/08/12

EMITIDO POR: CÂMARA MUNICIPAL

NOVAS ESPECIFICAÇÕES

a) Deliberação camarária de 9 de Agosto de 2022;

b) Os lotes n.ºs 4 e 5 são eliminados passando a sua área a constituir o lote n.º 7 e a alterar os lotes n.ºs 2 e 3, com as seguintes prescrições:

LOTE N.º 2 - com a área de 557 m2, mantendo as restantes prescrições;

LOTE N.º 3 - com a área de 579 m2, mantendo as restantes prescrições;

LOTE N.º 7 - com a área de 1085 m2, área de implantação de 521 m2, com um piso acima da cota de soleira, destinado a Jardim de Infância.

c) Cedidos 290m2 para passeios e via pública.

O(A) Conservador(a) de Registos
Carolina Maria Florêncio Aires

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 27-09-2022 e válida até 27-12-2022

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-2555-30374-130701-000150

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

DENOMINAÇÃO: LOTE N° 3

SITUADO EM: Barreira- Vale do Covo

ÁREA TOTAL: 579 M2

ÁREA DESCOBERTA: 579 M2

MATRIZ n°: 4400 NATUREZA: Urbana

FREGUESIA: Alpendorada, Várzea e Torrão.

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Parcela de terreno para construção urbana - Norte : Lote n° 2; Sul : Lote n° 4 e terrenos de Maria Manuela Teles; Nascente : caminho público; Poente : terrenos de Maria Manuela Teles - Desanexado do de n° 00082/060291.

O(A) Conservador(a) de Registos

Carolina Maria Florêncio Aires

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 11 de 1991/02/06 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Localidade: Marco de Canaveses

Inscrição G-1.

O(A) Ajudante

José Augusto de Macedo Moura

AP. 7 de 1991/05/10 - Autorização de Loteamento

Inscrição F - 1 - AUTORIZAÇÃO DE LOTEAMENTO - do prédio n° 00082/060291 - Autorizada a constituição de 6 lotes de terreno, numerados de 1 a 6, com as áreas, respectivamente, de 632 m2; 612 m2; 639 m2; 648 m2; 612 m2; 621 m2.

O(A) Ajudante

José Augusto de Macedo Moura